

Este espaço é destinado a publicação de editais públicos ou privados que tem como finalidade tornar público as informações a cerca dos atos e fatos ocorridos, dando transparência as ações dos órgãos públicos e das empresas. Os leitores podem acompanhar nos editais toda e qualquer medida adotada pelas prefeituras, câmaras municipais, empresas de economia mista, autarquias, entidades, associações, instituições, empresas e outras denominações que tenham a necessidade de tornar públicos seus atos.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ COMARCA DE CLEVELÂNDIA

VARA CÍVEL DE CLEVELÂNDIA - PROJUDI

Rua Barão do Rio Branco, 12 - Fórum - Centro - Clevelândia/PR - CEP: 85.530-000  
- Fone: (46) 3252-1239 - E-mail: varacivelanexos@hotmail.com

## EDITAL DE INTIMAÇÃO

Processo: 0000048-60.2018.8.16.0071

Classe Processual: Desapropriação

Assunto Principal: Servidão

Valor da Causa: R\$3.843,17

Autor(s): COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANA SANEPAR (CPF/CNPJ: 76.484.013/0001-45)

Rua Engenheiros Rebouças, 1376 - Rebouças - CURITIBA/PR - CEP: 80.215-900

Réu(s): DAIANE GRIGOLO (CPF/CNPJ: Não Cadastrado)

AVENIDA PERO VAZ DE CAMINHA, 661 APTO 22 BLOCO G - CURITIBA/PR - CEP: 81.470-096

EDUARDO GRIGOLO (CPF/CNPJ: Não Cadastrado)

Avenida Napoleão Manoos, 851 - Butiatuvinha - CURITIBA/PR - CEP: 82.400-150

ELIO GRICOLO (CPF/CNPJ: Não Cadastrado) NÃO CONSTA, S/Nº - MARIÓPOLIS/PR

ESPÓLIO DE FRANCELINO ALBERTO GRICOLO (CPF/CNPJ: 127.593.099-91)

RUA CASTELO, 75 - VILA IPIRANGA - CAMPO GRANDE/MS

GIOVANNI GRIGOLO MORO (CPF/CNPJ: Não Cadastrado)

RUA GUIDO WELTER, 207 CASA 15 - FOZ DO IGUAÇU/PR - CEP: 85.853-120

HERCULES GRICOLO (CPF/CNPJ: Não Cadastrado)

NÃO CONSTA, S/Nº - MARIÓPOLIS/PR

ESPÓLIO DE IRMA GRICOLO (CPF/CNPJ: 977.291.329-15)

RUA CASTELO, 75 - VILA IPIRANGA - CAMPO GRANDE/MS

JORGE GRICOLO (RG: 15236760 SSP/PR e CPF/CNPJ: 275.460.989-04)

Rod da Uva Km 6 C 390, s/n - Jardim Aranzongas - COLOMBO/PR - CEP: 83.402-000

LAURO GRICOLO (RG: 33286562 SSP/PR e CPF/CNPJ: 487.123.709-59)

PREFEITURA MUNICIPAL, S/Nº - MARIÓPOLIS/PR

LEONARDO GRIGOLO (CPF/CNPJ: Não Cadastrado)

RUA JOÃO BETTEGA, 644 B1 07 AP 308 - CURITIBA/PR - CEP: 81.070-000

LEONICE GRICOLO MACHADO (CPF/CNPJ: Não Cadastrado)

NÃO CONSTA, S/Nº - MARIÓPOLIS/PR

LÍDIA GRICOLO SILVESTRE (RG: 19051242 SSP/PR e CPF/CNPJ: 316.592.769-34)

Rua Visconde de Tamandaré, 1403 - Centro - PATO BRANCO/PR

RICARDO MORO (CPF/CNPJ: Não Cadastrado)

TRAVESSA SAPÉ, 66 - JARDIM CANADÁ - FOZ DO IGUAÇU/PR - CEP: 85.861-280

## JUIZO: Vara Cível de Clevelândia

Autos: 0000048-60.2018.8.16.0071

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS, COM PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS.

O Dr. Antônio José Silva Rodrigues, MM. Juiz de Direito desta **Vara Cível de Clevelândia**, ESTADO DO PARANÁ, FAZ SABER a quem interessar possa que neste Juízo, se processa a ação promovida por COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANA SANEPAR (CPF/CNPJ: 76.484.013/0001-45), contra DAIANE GRIGOLO, EDUARDO GRIGOLO, ELIO GRICOLO, ESPÓLIO DE FRANCELINO ALBERTO GRICOLO, GIOVANNI GRIGOLO MORO, HERCULES GRICOLO, ESPÓLIO DE IRMA GRICOLO, JORGE GRICOLO, LAURO GRICOLO, LEONARDO GRIGOLO, LEONICE GRICOLO MACHADO, LÍDIA GRICOLO SILVESTRE, RICARDO MORO: 1. I. Relatório COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ – SANEPAR ingressou com a presente AÇÃO DE CONSTITUIÇÃO DE SERVIDÃO ADMINISTRATIVA c/c PEDIDO LIMINAR DE IMISSÃO DE POSSE em face de FRANCELINO ALBERTO GRICOLO e IRMA GRICOLO, todos qualificados nos autos. Alega a parte autora, em síntese que, pretende constituir servidão de passagem sobre o imóvel de propriedade dos requeridos para fim de instalar rede coletora de esgotos. Segundo informações, o Decreto Estadual de utilidade pública n. 006/2015 declarou o imóvel dos requeridos como útil. Pugnou pela procedência do feito com a declaração da existência da faixa da servidão administrativa em seu favor. Em tutela de urgência, requereu a imissão provisória na posse do imóvel. Junto procuração e documentos, movs. 1.2/1.16. Por meio da decisão proferida ao mov. 16.1 a inicial fora recebida, sendo deferido o pedido de tutela de urgência e determinada a citação dos requeridos, sendo autorizado o depósito nos autos dos valores encontrados no laudo de avaliação apresentado pela parte autora. Aos movs. 99 e 100 fora juntado mandado de citação negativo com relação aos requeridos. Em petição acostada ao mov. 113.1, a parte autora acostou certidão de óbito dos réus e pugnou pela alteração do polo passivo do feito, com a inclusão dos herdeiros dos falecidos. O pedido restou deferido, mov. 115.1. Citados, os herdeiros Lauro Gricolo, Daiane Araújo Gricolo, Giovanni Gricolo Moro, Leonardo Alberto Gricolo e Leonice Alves Machado, Lídia Gricolo Silvestre, Ricardo Gricolo Moro, Eduardo Anacleto Gricolo, Eloi Gricolo, Hercule Gricolo, Jorge Gricolo e Francieli Gricolo Prestes apresentaram contestação aos movs. (134, 207, 317 e 336) manifestando concordância com o valor oferecido a título de indenização, pugnando pelo julgamento antecipado da lide. A autora apresentou manifestação ao mov. 341.1 requerendo o julgamento antecipado da lide. Vieram-me os autos conclusos. É o breve relatório. Passo a decidir. II. Fundamentação Inicialmente, insta salientar que o feito comporta julgamento no estado em que se encontra (artigo 355, inciso I, do CPC), tendo em vista que desnecessária a produção de provas técnicas ou testemunhal, sendo suficiente a prova documental carreada aos autos. Cuida-se de demanda de constituição de servidão ajuzada pela Sanepar, por ter sido declarada de utilidade pública por meio do decreto 006/2015 (mov. 1.9), para instalação de rede coletora de esgotos, na área descrita na inicial de propriedade dos réus. A servidão administrativa, espécie de intervenção do Poder Público na propriedade, impõe ao expropriado a restrição ao uso de sua propriedade para atendimento dos interesses gerais dos administrados, não lhe retirando, todavia, ao menos a princípio, o domínio. Vale destacar que segundo José dos Santos Carvalho Filho: "Servidão Administrativa é o direito real público que autoriza o Poder Público a usar a propriedade imóvel para permitir a execução de obras e serviços de interesse coletivo." (CARVALHO FILHO, José dos Santos, Manual de Direito Administrativo, Editora Lúmen Júris, 18ª Edição, 2007, p. 681). Assim, importa dizer, antes de mais nada, que a instituição de servidão definitiva se faz por meio de duas fases: a) a primeira em que se declara a utilidade pública e, b) a segunda executiva em que, mediante acordo ou judicialmente, se institui definitivamente a servidão. Superada a primeira fase, tendo em vista a declaração de utilidade pública veiculada através do Decreto nº 006/2015 (mov. 1.9), remanesce, pois, tão-somente a discussão acerca da justa indenização. Primeiramente vale dizer que, de acordo com o disposto no artigo 40 do Decreto-lei nº 3.365/41 (Decreto de Desapropriação), a constituição de servidões administrativas mediante indenização é regida pelas disposições legais que tratam de desapropriação. Sabe-se que na servidão administrativa o valor apurado pela perícia técnica, o qual servirá de parâmetro do valor indenizatório, deve se restringir à amplitude do prejuízo experimentado pelo particular. Além disso, outras verbas deverão ser incluídas no montante a ser pago a título de indenização, tais como: eventuais lucros cessantes; correção monetária, juros de mora e juros compensatórios, dependendo de

cada caso. Neste particular, cita-se a lição de Hely Lopes Meirelles: "(...) A indenização justa é a que cobre não só o valor real e atual dos bens apropriados, à data do pagamento, como, também, os danos emergentes e os lucros cessantes do proprietário, decorrentes do despojamento do seu patrimônio. Se o bem produzia renda, essa renda há de ser computada no preço, porque não será justa a indenização que deixe qualquer desfalque na economia do expropriado. Tudo que compunha seu patrimônio e integrava sua receita há de ser reposto em pecúnia no momento da indenização; se não o for, admite pedido posterior, por ação direta, para completar-se a justa indenização. À justa indenização inclui, portanto, o valor do bem, suas rendas, danos emergentes e lucros cessantes, além dos juros compensatórios e moratórios, despesas judiciais, honorários de advogado e correção monetária." (Direito Administrativo, 21ª ed. São Paulo, Malheiros Editores, p. 529). Ainda, faz-se necessário lembrar que o julgador não está vinculado a uma ou outra prova em específico, sendo-lhe lícito apreciar livremente a prova realizada nos autos. Também vale dizer que, na maioria dos casos de servidão administrativa, quando envolvem conhecimentos específicos, utiliza-se principalmente da perícia para a formação do convencimento, em razão da riqueza do trabalho e sua extensão, tendo em vista as muitas áreas pelas quais perpassa a perícia técnica e sobre as quais os demais participantes da lide, na maioria das vezes, não possuem conhecimento técnico suficiente. No caso dos autos, o que se vê é restrição do uso da propriedade para instalação de rede coletora de esgotos, a qual se consubstancia em um serviço público. Acontece que, conforme consta das defesas apresentadas pelos réus, todos manifestaram concordância expressa com o valor oferecido pela parte autora a título de indenização (movs. 134, 207, 317 e 336). Desta feita, procedência do pedido é medida que se impõe, sendo desnecessários maiores esclarecimentos. III. Dispositivo Diante o exposto, com fulcro nos artigos 487, inciso I do CPC/15, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado pela parte autora na inicial para declarar a constituída a servidão pretendida pela parte autora sobre a área descrita na inicial, e, por conseguinte, diante da concordância da parte ré, fixo como justa a indenização pela servidão administrativa em favor da parte autora o valor de R\$ 3.266,69 (três mil, duzentos e sessenta e seis reais e sessenta e nove centavos). Deixo de condená-la ao pagamento, tendo em vista que o valor foi depositado previamente, por conta da concessão liminar de imissão de posse (mov. 23.2). Efetuado o depósito, EXPEÇA-SE o mandado definitivo de imissão na posse em favor da autora, nos termos do art. 29 do Decreto-Lei nº 3.365/41. Saliento a presente sentença (cópia) servirá para a transcrição da servidão do(s) imóvel(is) no Cartório do Registro. Desta forma, após o trânsito em julgado desta sentença, publique-se o edital previsto na última parte de referido art. 34, para conhecimento de terceiros, intimando-se os réus para que comprovem a propriedade do imóvel e juntem aos autos as quitações fiscais. Atendidas as diligências acima, expeça-se alvará judicial em favor da parte ré para levantamento do valor indenizatório com validade de 60 (sessenta) dias. Condeno a parte autora ao pagamento das custas processuais (art. 30 do Decreto 3.365/1941). Sem honorários advocatícios, diante da ausência de resistência ao pedido, bem como não houve fixação de indenização em patamar superior ao oferecido pela parte autora (art. 27, §1º do Decreto 3.365/1941). Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Com o trânsito em julgado desta sentença, cumpram-se as disposições pertinentes do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça. Dado e passado nesta cidade de Clevelândia, em 28 de maio de 2021, João Carlos Reichembach, Escrivão, digitei e assino digitalmente.

Assinado digitalmente  
João Carlos Reichembach  
Escrivão

## EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

A FORÇA E LUZ CORONEL VIVIDA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede em Coronel Vivida-PR, inscrita no CNPJ sob o nº 79.850.574/0001-09, representada por seu sócio administrador, Sr. FABIO BERGER, vem, pela presente e na forma do estabelecido na cláusula décima quarta da Vigésima Quinta Alteração Contratual, notificar os sócios abaixo indicados, ou seus respectivos sucessores, para que no prazo de 10 dias a partir da publicação do presente edital, venham regularizar as situações pendentes, relativas a possível inventário, sob pena de aplicação das penalidades previstas contratualmente, tendo em vista que a necessidade de apresentação e regularização das informações para permitir que a empresa possa proceder ao registro de alterações de contrato social, conforme deliberado em Assembleia Extraordinária, perante a Junta Comercial do Paraná, a saber:

- 1) Antonio Plácido de Moura;
- 2) David Stedler;
- 3) Jacob Wogel;
- 4) Jorge Pizzoni;
- 5) Ivair Hofmann;
- 6) Juarez Martins;
- 7) Jupira Martins de Oliveira;
- 8) Luiz Schiavini;
- 9) Ney Jose Schiavini;
- 10) Alderico Pasqualotto;
- 11) Ermindo João Ogliairi;
- 12) Helene Borchers Mueller.

Ficam cientes os sócios indicados ou, se falecidos, seus herdeiros, para fins de regularização e na forma do disposto na cláusula décima terceira, que terão o prazo de 10 dias para o fornecimento dos documentos necessários para formalização do registro de alteração contratual, especialmente, dados pessoais, com fornecimento de cópia dos documentos pessoais, comprovante de endereço, termo de inventariante e dados completos de todos os herdeiros ou, se já concluído o inventário, a entrega do respectivo formal de partilha e todos os dados necessários para alteração contratual, sob pena de aplicação do regramento estabelecido na cláusula décima quarta e parágrafo único da Vigésima Quinta Alteração Contratual.

Atenciosamente,

FORÇA E LUZ CORONEL VIVIDA LTDA.  
Fabio Berger – Diretor Presidente

FABIO BERGER



Oficial: Abegail Vieira Samara  
Substituta: Jaqueline Celeste Samara

## EDITAL DE PROCLAMAS

SERVIÇO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS  
MUNICÍPIO: PATO BRANCO/PR  
PERÍODO: 27/05/2021 ATÉ 04/06/2021  
PARA O JORNAL: DIÁRIO DO SUDOESTE

Fago saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525 do Código Civil Brasileiro:

SAMUEL PEDRO BONATTO GUSTMAN e ANA CLÁUDIA ROSA  
AUGUSTO CESAR MIRANDA e BARBARA ARRUDA NOGUEIRA  
EDUARDO BATISTA e VANESSA MENEZES DOS SANTOS  
JUAN VARASCHIM LINK e THAMYRIS MAHARA BOBATO  
EDISON FERNANDES CAZELLA e ADRIANE GOMES DE OLIVEIRA  
EDUARDO ROBERTO DA SILVA PIRES e INGRID FERNANDA DE BONA  
JEAN CARLOS MENSCH e MARINEZ MICALISKI

Se algum souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei, no prazo de quinze dias

O referido é verdade e dou fé.

Pato Branco - PR, 07 de junho de 2021

Wladimir dos Santos  
Escrivente Juramentado

Rua: Thales, 152 - Jardim: Centro - CEP: 85201-045 - Pato Branco - PR  
Fone: (41) 3253-3455 - cartorio@patobranco.pr.gov.br

## EDITAL

### NELCI APARECIDA RIETER BOSI.

brasileira, portadora da Cédula de Identidade Civil RG n.º 4.616.003-7 SESP/PR, e inscrita no CPF/MF sob o n.º 589.022.959-15, residente e domiciliada na Rua das Rosas, n.º 181, Bairro Jardim Primavera II, CEP: 85.550-000, na cidade de Coronel Vivida/PR, abaixo assinada, na qualidade de sócia administrativa do CENTRO ESPÍRITA LEON DENIS, de Coronel Vivida, **CONVOCA** todos os sócios administrativos do CENTRO ESPÍRITA LEON DENIS para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada online na plataforma ZOOM, consoante link <https://us02web.zoom.us/j/83608437687> (ID da reunião 836 0843 7687), para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

- a) Reativação do Centro Espírita Leon Denis;
- b) Eleição dos membros do Conselho Deliberativo, Presidente e Vice-Presidente da Diretoria, com mandato até 31.12.2021;
- c) Admissão de novos sócios administrativos;
- d) Designação de data para eleição do Conselho Deliberativo para o biênio 2020/2021;
- e) Assuntos gerais.

A Assembleia Geral Extraordinária será instalada, em primeira convocação, no dia 28.07.2021, às 19h30min; ou em segunda convocação, no dia 12.08.2021, às 19h30min.

Coronel Vivida, Paraná, 31 de maio de 2021.

### NELCI APARECIDA RIETER BOSI

MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – PR  
RESUMO DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

Referente ao Edital: Pregão Eletrônico nº 21/2021. Objeto: registro de preços para futuras e eventuais aquisições de baterias a base de troca, para atender a frota de caminhões, máquinas e veículos da administração municipal. Prazo: 12 meses, de 02.06.2021 a 01.06.2022. Contratante: Município de Coronel Vivida. DETENTORAS:

ATA DE REGISTRO	DETENTORAS	CNPJ nº	VALOR ESTIMADO
47/2021	BRIMAX COMERCIO E REPRESENTACOES-EIRELI	24.384.947/0001-01	58.242,00
48/2021	FRANCIELLE BORDIN BOCCHI	26.256.116/0001-80	18.750,00

Coronel Vivida, 01 de junho de 2021. Anderson Manique Barreto, Prefeito.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 49/2021 – Pregão Eletrônico nº 24/2021 – Contratante: Município de Coronel Vivida. Detentora: EXP BUSINESS – SERVIÇOS, COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS PERSONALIZADOS LTDA. CNPJ nº 40.251.299/0001-71. Objeto: registro de preços para futura e eventual aquisição de kit de proteção para atender a secretaria municipal de assistência social. Valor total estimado R\$ 50.175,00. Prazo: 12 meses, 02.06.2021 a 01.06.2022. Coronel Vivida, 01 de junho de 2021. Anderson Manique Barreto, Prefeito.





